



As perspectivas futuras do TikTok nos Estados Unidos pareciam mais sombrias do que nunca na sexta-feira, após um dia contundente de argumentos na Suprema Corte em um caso que poderia determinar se o aplicativo seria forçado a encerrar em 19 de janeiro.

Um advogado do TikTok passou horas argumentando que a lei aprovada pelo Congresso no ano passado - que exige que a controladora chinesa do TikTok, ByteDance, venda o aplicativo ou enfrente uma proibição nos EUA - infringe os direitos de liberdade de expressão do TikTok. O Congresso aprovou a lei, argumentou o advogado Noel Francisco, por “medo de que os americanos, mesmo que totalmente informados, possam ser persuadidos pela desinformação chinesa”. Mas essa possibilidade, disse ele, é algo “que a Primeira Emenda deixa ao povo”.

Mas o argumento do TikTok pareceu cair em ouvidos antipáticos, à medida que os juízes conservadores e liberais recuaram, afirmando que a lei visa a propriedade do TikTok, e não o discurso que publica. “O TikTok sofrerá alguns efeitos incidentais bastante graves, mas eles são incidentais”, disse a juíza liberal Elena Kagan durante o interrogatório. “A lei visa apenas esta empresa estrangeira (ByteDance), que não tem direitos da Primeira Emenda.”

O tribunal pareceu muito mais aberto ao argumento do governo de que os laços do TikTok com a [China](#) representam um risco substancial à [segurança](#) nacional - um risco que eles parecem acreditar que o governo tem autoridade legal para mitigar. “Há uma longa tradição de prevenção da propriedade ou controle estrangeiro da mídia nos Estados Unidos”, disse o juiz conservador Brett Kavanaugh. “Essa história tem que ser importante.”

Em causa neste caso está a Lei de Proteção dos Americanos contra Aplicações Controladas



de Adversários Estrangeiros, que o Presidente Biden sancionou no ano passado. A lei impediria que lojas de aplicativos e serviços de hospedagem na [Internet](#) fornecessem serviços à ByteDance, TikTok e qualquer uma de suas afiliadas, categorizando-os como “aplicativos controlados por adversários estrangeiros”. Cortar o acesso a lojas de aplicativos e plataformas de hospedagem exigiria que o aplicativo “desativasse”, disse Francisco na sexta-feira.

O governo argumentou que esta chamada lei de “desinvestimento ou proibição” é necessária para mitigar os riscos que os laços do TikTok com a China representam, alegando que a conexão torna o aplicativo vulnerável à manipulação e propaganda, bem como à transformação de dados em armas. A lei também cria um mecanismo para o presidente identificar outras “aplicações controladas por adversários estrangeiros” que possam representar uma ameaça à segurança nacional. A única forma de estas aplicações evitarem o corte é o desinvestimento das entidades estrangeiras que as controlam (neste caso a ByteDance).

A lei foi veementemente condenada, não apenas pelo TikTok, mas por uma ampla gama de estudiosos e defensores da Primeira Emenda, que dizem que permitir que o governo feche uma plataforma massiva de liberdade de expressão, usando apenas uma vaga justificativa de segurança nacional como pretexto, seria estabelecer um precedente perigoso. O governo, por sua vez, sustentou que a lei contorna a Primeira Emenda ao permitir que o TikTok continue a operar, desde que a sua propriedade mude de mãos de uma forma que satisfaça as preocupações de segurança nacional. (De fato, *Tanque de Tubarões* Kevin O’Leary, do Los Angeles Dodgers, e Frank McCourt, proprietário do Los Angeles Dodgers, surgiram como os principais licitantes para comprar a versão americana do aplicativo.)

Em dezembro, um tribunal de DC confirmou a lei, dando peso à avaliação do governo sobre os riscos do TikTok e concordando que a lei não é uma repressão explícita ao conteúdo. “O que a lei visa é a capacidade (da República Popular da China) de manipular esse conteúdo secretamente”, escreveu um dos juizes naquele caso. “Entendida desta forma, a justificação do governo é totalmente consistente com a Primeira Emenda.”

Na sexta-feira, muitos dos juizes da Suprema Corte pareciam concordar. “Você está errado sobre o estatuto ser lido como dizendo: TikTok, você tem que ficar mudo”, disse o juiz liberal Ketanji Brown Jackson. “O TikTok pode continuar a operar com seu próprio algoritmo, em seus próprios termos, desde que não esteja associado ao ByteDance.”

“A lei não diz que o TikTok deva ser fechado”, disse a juíza conservadora Amy Coney Barrett. “Se a ByteDance estivesse disposta a deixar você ir e permitir que você levasse o código-fonte com você, tudo bem. Não estaríamos aqui.”

Francisco argumentou repetidamente que o Congresso não conseguiu adotar meios menos restritivos para lidar com os riscos levantados pela lei. Poderiam, por exemplo, exigir que o TikTok divulgasse mais claramente os seus laços chineses aos utilizadores, uma proposta



que os juízes também pareceram considerar insuficiente. “Essa é a única solução que o governo poderia tomar?” a juíza liberal Sonia Sotomayor perguntou em dúvida.

Francisco também destacou o facto de a lei deixar de fora toda uma série de empresas de propriedade chinesa, incluindo gigantes do comércio eletrónico como Shein e Temu, que recolhem elas próprias enormes quantidades de dados. Isso, sugeriu ele, é uma evidência de que a principal preocupação do governo é com a possibilidade de manipulação do discurso no TikTok. “(A lei) diz que há um orador com o qual estamos particularmente preocupados, e vamos insistir nesse orador”, disse ele. “A razão pela qual eles estão almejando aquele palestrante é porque estão preocupados com o conteúdo futuro dessa plataforma.”

Embora o tribunal parecesse mais receptivo aos argumentos do governo, a Procuradora-Geral Elizabeth Prelogar dificilmente se esquivou dos argumentos. Prelogar apoiou-se fortemente na ideia de que o governo chinês poderia usar o TikTok para enviar mensagens “discretas” aos americanos, colocando-os uns contra os outros ou de outra forma promovendo os interesses chineses, sem que os utilizadores tenham conhecimento do facto de que um governo estrangeiro está a puxar os cordelinhos.

“Esse não é um ponto de vista bastante paternalista?” perguntou o juiz conservador Neil Gorsuch. “Normalmente não presumimos que o melhor remédio para o discurso problemático é o contra-discurso?” Ainda assim, mesmo essas trocas pontuais pareciam superadas pelas dúvidas do tribunal sobre os argumentos do TikTok.

O tribunal está agora numa corrida contra o relógio. A lei exige que o desinvestimento seja iniciado pelo menos até 19 de janeiro, a fim de evitar uma proibição. O novo presidente Donald Trump, que tomará posse um dia depois, sinalizou seu interesse em interromper a proibição, mas a lei apenas lhe dá a opção de adiar temporariamente sua entrada em vigor se um acordo de desinvestimento estiver em andamento. Até agora, todos os sinais sugerem que a ByteDance não está disposta a mudar.

Mas em seus comentários, Prelogar disse que o governo sempre previu que a empresa jogaria “um jogo de galinha”. Se o tribunal mantiver a proibição, disse ela, “pode ser apenas o choque que o Congresso esperava que a empresa precisasse para realmente avançar”.